

Demonstrações financeiras
Ares 2 Participações S.A.

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Com relatório do Auditor Independente

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração dos resultados	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ares 2 Participações S/A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ares 2 Participações S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de julho de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Ares 2 Participações S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>ATIVO</u>			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	793	29
Impostos a recuperar		<u>2</u>	<u>1</u>
Total do ativo circulante		<u>795</u>	<u>30</u>
Ativo não circulante			
Investimentos	5	<u>320.224</u>	<u>252.625</u>
Total do ativo não circulante		<u>322.224</u>	<u>252.625</u>
TOTAL DO ATIVO			
		<u><u>321.019</u></u>	<u><u>252.655</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Passivo circulante			
Fornecedores		26	17
Obrigações tributárias		<u>5</u>	<u>23</u>
Total do passivo circulante		<u>31</u>	<u>40</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	7	430.790	310.161
Ágio em transações de capital		(43.576)	(38.491)
Prejuízos acumulados		<u>(66.226)</u>	<u>(19.055)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>320.988</u>	<u>252.615</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		<u><u>321.019</u></u>	<u><u>252.655</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação que está expresso em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas Operacionais			
Despesas administrativas	8	(945)	(1.402)
Pessoal		(102)	(70)
Despesas tributárias		(26)	(34)
Outras despesas		(2)	(55)
Resultado equivalência patrimonial	5	(46.113)	(17.546)
Resultado Operacional antes das Receitas Financeiras		<u>(47.188)</u>	<u>(19.107)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	23	84
Despesas financeiras		(6)	(4)
		<u>17</u>	<u>80</u>
Prejuízo do exercício		<u>(47.171)</u>	<u>(19.027)</u>
Prejuízo por ação		<u>(0,11)</u>	<u>(0,04)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(47.171)	(19.027)
Outros resultados abrangentes	-	-
<u>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</u>	<u>(47.171)</u>	<u>(19.027)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ágio em transações de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		64	-	(28)	36
Aumento de capital social	7.1	310.097	-	-	310.097
Ágio em transações de capital	7.3	-	(38.491)	-	(38.491)
Prejuízo do exercício		-	-	(19.027)	(19.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		310.161	(38.491)	(19.055)	252.615
Aumento de capital social	7.1	120.629	-	-	120.629
Ágio em transações de capital	7.3	-	(5.085)	-	(5.085)
Prejuízo do exercício		-	-	(47.171)	(47.171)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		430.790	(43.576)	(66.226)	320.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(47.171)	(19.027)
Ajustes no lucro para:			
Resultado equivalência patrimonial	5	<u>46.113</u>	<u>17.546</u>
		(1.058)	(1.481)
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Impostos a recuperar		<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
		(1)	(1)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		9	4
Obrigações tributárias		<u>(18)</u>	<u>23</u>
		(9)	27
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(1.068)</u>	<u>(1.455)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimentos		-	(11.700)
Adiantamento para aumento de capital		(3.500)	-
Integralização de capital em controlada em conjunto		(115.297)	(296.962)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(118.797)</u>	<u>(308.662)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social		120.629	310.097
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>120.629</u>	<u>310.097</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>764</u>	<u>(20)</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		29	49
No fim do exercício		<u>793</u>	<u>29</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Ares Participações 2 S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000.

A Companhia foi constituída em 09 de janeiro de 2017 sob a denominação de Stendera Participações S.A. com 1.200 (hum mil e duzentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de novembro de 2017, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de ações, onde a companhia Perfin Administração de Recursos Ltda. adquiriu 1.200 (hum mil e duzentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, da presente acionista Stendera Participações S.A. Nesta mesma data a Companhia alterou sua denominação para Apollo 14 Participações S/A. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia passou-se a denominar Ares 2 Participações S.A.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures.

Em janeiro de 2019, a Companhia celebrou um acordo de investimento com a Mori Gestão de Ativos Holding LTDA e ingressou como acionista na Mori Energia Holdings S.A. com a integralização de 6.654.254 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando a controlar em conjunto a referida investida.

Em 2019, a Companhia realizou aportes na Mori Energia Holdings S.A., e passou a deter ao fim do exercício um total de 82.939.877 ON's, o que representa 89,56% das ações ordinárias e 92.608.451 PN's, o que representa 100% das ações preferenciais da investida. A participação da Companhia no capital social ao findo exercício de 2020 é de 94,78%.

A Mori Energia Holding S.A.. é uma Companhia que detém participação por meio de suas controlada em conjuntos de ativos de micro e mini geração distribuídas de energia, com foco em energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica.

A Mori Energia Holding S.A., desenvolve e implementa projetos de Usinas de Micro e Mini geração de Energia Fotovoltaicas (UFVs) no estado de Minas Gerais; cada UFV é uma controlada em conjunto direta ou indireta Mori Energia. A Mori Energia também atua na estruturação de Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs) de consumidores de energia, que por sua vez alugam os ativos de geração implantados nas UFVs controlada em conjuntos, compartilhando os direitos econômicos destas UFVs entre si. Desta forma, os consorciados ou cooperados têm direito a uma parcela específica da energia gerada pela UFV, ao mesmo tempo em que se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada. A receita das UFVs é proveniente destes alugueres pagos pelos consorciados ou cooperados. A Mori Energia Holding S.A. é remunerada por meio da distribuição de recursos advindos das UFVs controlada em conjunto.

1.1. Declaração de conformidade

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada em conjunto, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 16 de julho de 2021.

1.2. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona Vírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e gerou impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

A Companhia instituiu sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passamos a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe remotamente.

Além disso, foi enviado por e-mail os protocolos de higienização a adoção de álcool em gel em todos os ambientes, incluindo nos canteiros de obras da controlada em conjunto, refeitórios, orientações para o uso de máscaras e os testes recorrentes para detectar a doença.

Não houve impacto no cronograma dos projetos de sua controlada em conjunto. Para cumprir os prazos de construção das Usinas das sua controlada em conjunto, são realizadas reuniões semanais com os coordenadores das obras e equipes internas de infraestrutura, de forma a se antecipar qualquer problema que houvesse e buscar com rapidez uma solução para não atrasar os projetos. A Companhia e sua em conjunto não utilizaram nenhum benefício fiscal em função da COVID-19, e não houve renegociação de prazos e valores com clientes e fornecedores.

A Companhia não identificou nenhum impacto relevante econômico-financeiro e contábil em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que alterasse essa situação

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras, exceto se indicado de outra forma, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB..

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada em conjunto. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas ao plano de negócios da Companhia e avaliação da necessidade de provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas e estão divulgadas na Nota 10.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente durante o exercício de 2020.

2.1. Investimentos

Controlada em conjunto é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

Controlada em conjunto (ou joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui controle de sua investida, conforme Acordo de Acionistas assinado quando da entrada da Companhia na Mori Energia Holding S.A., no qual previa controle compartilhado desde que a Mori Gestão de Ativos S.A. possuísse ao menos 10% das ações ON e 5% das ações totais da investida, condição que se cumpria em 31 de dezembro de 2020.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada em conjunto é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada em conjunto a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada em conjunto é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controladas ou controladas em conjunto, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e controlada em conjunto, são eliminados, quando aplicável, de acordo com a participação mantida na controlada em conjunto. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada em conjunto são eliminados em proporção à participação nas controlada em conjunto.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua controlada em conjunto, assim é determinado a cada término do exercício social, ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada em conjunto e o valor contábil, e reconhece o montante dessa perda em “Participação em lucros de controlada ou controlada em conjunto” na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre o controle conjunto sobre a controlada em conjunto, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada em conjunto, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.2. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.3. Determinação do valor justo.

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia faz as avaliações através de várias técnicas e usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.4. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro real anual e não apurou impostos a pagar por ter tido prejuízos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Conforme ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro (IFRIC 23), a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

A Companhia não teve operações com moedas estrangeiras no exercício de 2020.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

2.7. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros.

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas no exercício de 2020.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas no exercício apresentado.

2.8. Instrumentos Financeiro

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos Financeiros

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são conforme detalhe abaixo:

- a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- b) Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):

- a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como VJR.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento, ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Nessa avaliação, a Companhia considera:

- a) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- b) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- c) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- d) Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- a) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, para se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- b) Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de fazer essa compensação dos valores, e caso haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, concluindo que não houve impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15(R1) / IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26(R1) / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8);
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2) / IFRS 16); e
- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)/Conceptual Framework)

2.11. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas pelo IASB– International Accounting Standards Board e não vigentes

Adicionalmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo

- Substituição do IFRS 4 Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; e
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato.

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e valor justo de instrumentos financeiros.

ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

c) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

d) *Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	-	1
Bancos conta movimento	2	28
Bancos aplicações financeiras	791	-
Total	793	29

As aplicações referem-se a fundos de investimento em renda fixa e aplicações automáticas vinculadas a conta corrente, para os quais a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98,5% em 31 de dezembro de 2019).

5. Investimentos

Em janeiro de 2019, a Companhia celebrou um acordo de investimento com a Mori Gestão de Ativos Holding LTDA e ingressou como acionista na Mori Energia Holding S.A. com a integralização de 6.654.254 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando a controlar em conjunto a referida investida.

Conforme acordo de acionistas celebrado entre as partes citadas acima, uma vez que a Companhia passa a deter 50% do capital votante da Mori Energia Holding S.A., através das ON's, os aportes residuais realizados pela Companhia seriam na proporção de 50% entre ações ordinárias e ações preferenciais, sendo a última sem direito a voto e participando igualmente na distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Em 2019, a Companhia realizou aportes na Mori Energia Holdings S.A., e passou a deter ao fim do exercício um total de 82.939.877 ON's, o que representa 89,56% das ações ordinárias e 92.608.451 PN's, o que representa 100% das ações preferenciais da investida.

Durante o exercício corrente, a Companhia realizou novos aportes de capital, no montante de R\$ 115.297, passando a deter 113.921.427 de ON's e 127.201.224 PN's, não alterando a participação societária de 31 de dezembro de 2019, gerando um ágio na integralização de capital, no montante de R\$ 926. A participação da Companhia no Capital social na Mori Energia Holding S.A. ao findo exercício de 2020 e 2019 é de 94,78%.

O mesmo acordo de acionistas, concede à Mori Gestão de Ativos S/A o direito a voto em matérias relevantes e o controle em conjunto, enquanto a mesma deter até 10% das ON's da investida. Em 31 de Dezembro de 2020 a Mori Gestão de Ativos Holding LTDA detêm 10,44% de ações ordinárias da Mori Energia Holding S.A. (2019 – 10,44%).

Ágio nas transações de Capital da controlada em conjunto

Refere-se ao ágio incorrido nas transações de capital da controlada em conjunto em conjunto Mori Energia Holding S/A, conforme divulgado na Nota explicativa 7.3.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia tem um crédito de adiantamento para aumento de capital com a sua controlado em conjunto Mori Energia Holding S.A., no montante de R\$ 3.500, estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas.

Descrição	Aquisição de investimento	Ágio na Aquisição	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Ágio nas transações de capital	Saldo em 31/12/2019
Mori Energia Holding S.A.	11.700	7.884	289.078	(17.546)	(38.490)	252.625
	<u>11.700</u>	<u>7.884</u>	<u>289.078</u>	<u>(17.546)</u>	<u>(38.490)</u>	<u>252.625</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aumento de capital	Ágio na integralização de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio nas transações de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Mori Energia Holding S.A	252.625	114.471	826	3.500	(5.085)	(46.113)	320.224
	<u>252.625</u>	<u>114.471</u>	<u>826</u>	<u>3.500</u>	<u>(5.085)</u>	<u>(46.113)</u>	<u>320.224</u>

2019

Companhia Investida	Total dos Ativos	Total do Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício	Nº Total Ações	Ações pertencentes a Companhia	Participação Societária %	
						ON	PN
Mori Energia Holding S/A	689.180	258.220	(18.947)	185.216.902	175.548.328	89,6%	100,0%

2020

Companhia Investida	Total dos Ativos	Total do Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício	Nº Total Ações	Ações pertencentes a Companhia	Participação Societária %	
						ON	PN
Mori Energia Holding S/A	623.555	328.475	(48.653)	254.402.448	241.122.651	89,6%	100,0%

5. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de junho de 2020, os membros do conselho de administração não são remunerados. A remuneração destes é paga pela acionista da Companhia. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

7. Patrimônio Líquido

7.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social autorizado e subscrito é de R\$ 430.790 (R\$ 325.000 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 431.789.600 ações ordinárias nominativas e o capital social integralizado é de R\$ 430.790 (R\$ 310.161 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 431.789.600 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Acionista	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	430.789.600	100,00%
	430.789.600	100%

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

7.2. Movimentação do capital social:

A movimentação do Capital Social da Companhia ocorreu conforme eventos relatados abaixo:

Em 16 de janeiro de 2019, a companhia Perfin Administração de Recursos S/A, acionista única da Companhia, transferiu a totalidade das ações da Ares 2 Participações S.A. para o fundo PERFIN ARES 2 FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA, que passou a ser o novo e único acionista da Ares 2 Participações S.A. Nesta mesma data a Companhia emitiu 60.000.000 (sessenta milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas ao preço de R\$ 1,00 por ação, totalizando um aumento de capital de R\$ 60.000. O prazo para a integralização é até 30 de dezembro de 2022.

Em razão do aumento de capital realizado, a única acionista da Companhia aprovou o aumento de capital social autorizado da Companhia para R\$ 300.000 trezentos milhões de reais.

Em 11 de julho de 2019, a Companhia emitiu 139.935.800 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 por ação, portanto, um aumento do capital social de R\$ 139.936, totalmente subscritas nesta data.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 08 de outubro de 2019, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$ 125.000, mediante à emissão de 125.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de dezembro de 2022.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 06 de abril de 2020, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$ 40.000, mediante à emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de dezembro de 2022.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 09 de junho de 2020, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$ 50.000, mediante à emissão de 50.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de dezembro de 2022.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 28 de outubro de 2020, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$ 15.790, mediante à emissão de 15.789.600 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de novembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia autorizado e subscrito totalizou R\$430.790, sendo totalmente integralizado até 31 de dezembro de 2020.

7.3. Ágio nas transações de capital

O acordo de investimento firmado entre a controlada em conjunto Mori Energia Holding S.A. e os acionistas minoritários das suas controladas Mori Minas Newco I Energia Solar S.A., Mori Minas Newco II Energia Solar S.A. e Mori Minas Newco III Energia Solar S.A. prevê que a controlada em conjunto pagará um ágio na integralização de capital social nestas controladas, com o objetivo de não alterar a participação societária nestas controladas. Durante o exercício corrente, a controlada em conjunto efetuou a integralização de capital nas controladoras Mori Minas Newco I Energia Solar S.A., Mori Minas Newco II Energia Solar S.A. e Mori Minas Newco III Energia Solar S.A., nos montantes de R\$ 1.387, R\$ 28.592 e R\$ 18.807, respectivamente, gerando ágio nas transações de capital, nos montantes de R\$ 152, R\$ 3.145 e R\$ 2.069, respectivamente. Esta transação gerou um efeito reflexo de R\$ 5.085, que corresponde à participação da Companhia sobre o capital social da controlada em conjunto Mori Energia Holding S.A.

7.4. Distribuição de lucros

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

7.5. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A companhia apurou prejuízos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, correspondente a 0,11 por ação do capital social, não constituindo assim reserva legal.

7.5. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 41 (R2) – Resultado por ação (IAS 33). O resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do período pela média ponderada das ações emitidas.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. A Companhia não possui qualquer instrumento financeira que possa ter efeito dilutivo.

	2020	2019
Numerador		
Prejuízo do exercício	(47.171)	(19.027)
Denominador		
Número de ações	431.789.600	431.789.600
Resultado básico e diluído por ação em R\$	(0,11)	(0,04)

8. Despesas administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais apresentaram os saldos conforme abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Gerais e administrativa</u>	<u>Gerais e administrativa</u>
Serviços Advocatícios	(117)	(751)
Serviços de auditoria e consultoria	(148)	(134)
Serviços de consultoria de engenharia	(416)	(423)
Serviços de honorários em geral	(264)	(94)
Total	(945)	(1.402)

9. Resultado financeiro

Os resultados financeiros apresentados foram conforme descritos abaixo:

Descrição	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	23	84
Subtotal	23	84
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias e juros	(6)	(4)
Subtotal	(6)	(4)
Total	17	80

10. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía processos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possíveis, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

11. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

	31/12/2020		31/12/2019		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa	793	793	28.654	28.654	Custo amortizado	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	27	27	17	17	Custo amortizado	-

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiro

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário

Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2020	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
					Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras				2,3246%	1,1623%	1,7435%	2,9058%	3,4869%
Aplicações financeiras	CDI	98,5%	793	18	9	14	23	28
Total			793	18	9	14	23	28

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamento, e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de *Compliance* e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

(i) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e de suas controlada em conjuntos de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

(ii) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia e suas controlada em conjuntos não cumprirem suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do fluxo de caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

12. Eventos subsequentes

Emissão de Debentures

A Companhia realizou uma emissão privada de debêntures, em 28 de abril de 2021, onde foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) perfazendo o montante de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), realizada em série única.

As debêntures terão prazo de vencimento em 15 de junho de 2030, sendo amortizadas em 17 parcelas semestrais a partir de 15 de junho de 2022, com remuneração de IPCA+6,40% ao ano.

Registro na CVM	CVM/SRE/DEB/2021
Quantidade	400.000
Data Emissão	28/04/2021
Valor Unitário	R\$ 1.000
Valor Total	R\$ 400.000.000
Remuneração	6,40 % a.a.
Atualização Monetária	IPCA
Pagamento Remuneração	semestral
Amortização	17 parcelas a partir de 15/06/2022

Aumento de Capital na investida Mori Holding

Em 04 de maio de 2021 a sua investida Mori Holding fez um novo aumento de capital de R\$ 3.499.996,00, sendo R\$ 3.499.995,23 de conversão de AFAC e R\$ 0,77 em moeda corrente.

Mudança de controle na Investida Mori

Em 04 de maio de 2021, a Companhia assinou termo de fechamento com a Mori Gestão de Ativos Holding Ltda, tendo adquirido 5,22% do capital total da Mori Energia Holding S.A., ou seja, a totalidade da participação dos acionistas minoritários na Companhia. Após a celebração deste Acordo, a Companhia passou a ter o controle de 100% das ações da Mori Energia Holding S.A..

* * *

Ayla Maria Candido Vieira
Controller
Contabilista – CRC CE-012737/O-6

Ralph Gustavo Rosenberg
Diretor Administrativo Financeiro